



CPI: prefeito de Palmas fala sobre vídeo amanhã

Raul Filho aparece em gravação divulgada recentemente oferecendo a Carlinhos Cachoeira vantagens na prefeitura em troca de dinheiro para campanha eleitoral. Serão agendados ainda outros cinco depoimentos

A CPI do Cachoeira vai ouvir amanhã o prefeito de Palmas, Raul Filho, do PT, que foi flagrado em vídeo na campanha eleitoral de 2004 oferecendo vantagens ao contraventor na administração da capital do Tocantins. Ainda não foram confirmadas as

datas para depoimentos de outros cinco convocados.

Semana passada foi requerida também a convocação do ex-presidente da empresa pública Valec José Francisco das Neves, que foi preso quinta-feira pela Polícia Federal na Operação Trem Pagador. **3**

“Quase não tenho patrimônio. Vivo de salário”, defende-se Demóstenes

Demóstenes Torres, acusado de quebra de decoro parlamentar, subiu à tribuna do Plenário para dizer que sua declaração de Imposto de Renda é prova de que nunca se beneficiou de dinheiro público. **3**

Homenagem destaca a importância das cooperativas para a economia nacional

O cooperativismo como alternativa viável para enfrentar a crise econômica foi destacada por parlamentares e autoridades em sessão solene do Congresso Nacional. **4**

Waldemir Moka (C) preside sessão em homenagem ao Dia Internacional do Cooperativismo, 4 de julho



Waldemir Boreatto/Agência Senado

Programa Assunto de Estado
Santa Catarina
Infraestrutura e Sustentabilidade

Debate ao vivo com os senadores:
Casildo Maldaner (PMDB), Luiz Henrique (PMDB) e Paulo Bauer (PSDB)
9 de julho, segunda-feira, às 21h30, na TV Senado e na Rádio Senado
www.senado.gov.br/tv

Envie suas perguntas:
0800 61 2211
www.senado.gov.br/alos Senado
Twitter: @tvsenado

TV e Rádio Senado assinam protocolo para viabilizar transmissão digital em Manaus **4**



Lia de Paula/Agência Senado

O auditório do Interlegis ficou lotado para as palestras apresentadas no seminário de sexta-feira

Seminário mostra como redes sociais na internet têm interferido na política

Facebook, Twitter, YouTube, Instagram. As novas mídias permitem que o público, que antes apenas recebia mensagens, seja hoje produtor de conteúdo e intensifique a repercussão que informações e opiniões podem causar, inclusive

no que se refere a política ou imagem pública de instituições.

Esse cenário foi analisado por especialistas na sexta-feira, durante o 2º Seminário de Política e Novas Mídias, promovido pelo Senado. **2**

Seminário de Política e Novas Mídias, no auditório do Interlegis, trata da importância e dos desafios da imagem pública diante da massificação de redes sociais na internet, como Facebook e Twitter



Marcelo Minutti, Fernando Cesar Mesquita, Alexandre Oltramari e Demétrius Bicalho analisaram as novas mídias

Especialistas falam sobre crises em tempos de posts

UMA GUITARRA QUEBRADA no voo entre Halifax, no Canadá, e Chicago, nos Estados Unidos, gerou um dos maiores hits do YouTube: *United breaks guitars* [United quebra guitarras], com o músico Dave Carroll cantando suas desventuras. Esse vídeo foi citado, no 2º Seminário de Política e Novas Mídias, promovido sexta-feira pelo Senado no auditório do Interlegis, como uma das regras do gerenciamento de crises: não subestimar o poder das redes sociais.

Os palestrantes Marcelo Minutti e Alexandre Oltramari defenderam atenção permanente na *web* para detectar o surgimento de movimentos capazes de afetar a credibilidade de instituições e marcas. Segundo Minutti, a reação

nas seis primeiras horas pode reduzir o impacto negativo, desde que observadas algumas regras, como transparência e esclarecimento completo. Ele disse que a crise atinge o ápice em 24 horas, quando os posts são captados pelas ferramentas de buscas, como o Google.

Minutti recomendou que empresas e pessoas citadas em posts críticos falem tudo para “não deixar ponta solta”, o que poderia abalar a credibilidade. Na opinião dele, nas redes sociais nenhum problema é suficientemente pequeno para ser subestimado.

Oltramari fez uma série de recomendações sobre condutas a serem evitadas numa crise. A primeira: não se deixar surpreender pelos fatos, ou seja, ter um mapa dos riscos

reais e potenciais do negócio.

Foi a ausência dessa ferramenta que, em sua avaliação, pautou a reação da empresa norte-americana Chevron diante do vazamento de 2.400 barris de petróleo na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, em novembro de 2011.

Outro problema, disse Oltramari, é a estratégia de “bancar avestruz”: o silêncio potencializa a crise. Ele também citou como erro partir para o ataque em vez de se defender. O ataque sem respostas, em sua avaliação, reforça para o público a percepção de culpa.

O 2º Seminário de Política e Novas Mídias, promovido pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs), foi aberto pelo diretor do órgão, Fernando Cesar Mesquita.

Senado quer ampliar a transparência

Na abertura do seminário, Mesquita afirmou que a colaboração entre a Secs e as assessorias de imprensa dos senadores visa ampliar o conhecimento dos cidadãos.

Ele citou o núcleo de apoio às assessorias, projeto em desenvolvimento pela Secretaria de Relações Públicas e o aplicativo CView, que permitirá aos gabinetes fazer *download* de vídeos de comissões e do Plenário do Senado.

66% dos senadores estão no Twitter, mas minoria interage com seguidor

Interação com o público, gerenciamento contínuo, transparência e clareza nas informações foram as principais características citadas por especialistas para que parlamentares e instituições ampliem seu alcance na internet.

O consultor em *marketing* digital Nino Carvalho destacou que a interação deve ser feita por meio da conversa com o usuário, respondendo dúvidas, agradecendo elogios e usando linguagem simples e formal. Para ele, as pessoas querem

ser ouvidas e participar: — Não dar atenção a esse apelo vai ser fatal para muitas organizações públicas que estão na internet.

Segundo ele, 66% dos senadores têm conta no Twitter, mas só 38% deles interagem com os seguidores. Ele disse que 56% estão no Facebook. Quando se trata de *sites*, são 86%.

— Os políticos só estão onde estão para representar os brasileiros. Eles precisam ouvir as pessoas. O mundo caminha nessa direção.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Sessão deliberativa

14h Tranca a pauta a MP 566/12, que abre crédito extraordinário a dois ministérios.

PRESIDÊNCIA: Ordem do dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

CDH: Fauna marinha

9h Audiência pública debate a proteção da fauna marinha, meio ambiente aquático, perseguição a ativistas ambientais e defesa do ecossistema após a Rio+20.

EXPOSIÇÃO: Portinari

9h30/17h A pintura de Cândido Portinari ocupa o Salão Negro do Congresso até 16 de setembro. A exposição, uma iniciativa da Câmara, tem apoio do Senado.

CÓDIGO FLORESTAL: Medida provisória

14h30 Apresentação do relatório da comissão mista encarregada de examinar a Medida Provisória do Código Florestal.

TERÇA

CAE: Medicamentos baratos

10h Análise do projeto que autoriza farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social.

AVIAÇÃO CIVIL: Combustíveis

10h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil debate o impacto dos preços dos combustíveis sobre a atividade aérea.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimento

10h15 A comissão ouve o prefeito de Palmas, Raul Filho, que aparece em vídeo negociando com o contraventor.

CE: Livro didático

10h O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, fala sobre os trabalhos da sua pasta e sobre o Programa Nacional do Livro Didático.

CONGRESSO: Orçamento

11h Sessão solene do Congresso para leitura e apreciação de expedientes e deliberação de projetos de lei com pareceres da Comissão Mista de Orçamento.

CMA: Emissão de poluentes

11h Análise de projeto que altera a lei sobre emissão de poluentes por veículos automotores para estabelecer meta de redução de consumo de combustíveis.

QUARTA

CCJ: Tempo de serviço

14h30 Consta da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania substitutivo a três propostas de emenda à Constituição que restabelecem o pagamento do adicional por tempo de serviço para várias carreiras do serviço público.

MERCOSUL: Isenção de IPI

15h Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul vota concessão de isenção do IPI para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas destinados ao uso na agricultura nacional.

CMA: Cooperação internacional

8h30 Ciclo de audiências sobre monitoramento de políticas públicas para debater programas de cooperação internacional. Entre os convidados, Gilvana Bahia, do Ministério do Desenvolvimento Social.

CAS: Cadastro único no SUS

9h A criação de cadastro único nacional de usuários do SUS está na pauta. Outra proposta suspende pagamento de prestações de imóveis financiados pela Caixa para quem recebe seguro-desemprego.

CE: Educação e federalismo

10h “Educação básica: responsabilidade do governo federal?” é o tema de ciclo de audiências públicas sobre educação e federalismo.

CMMC: Código Florestal

14h Audiência pública para avaliação estratégica do novo Código Florestal. O presidente da Frente Parlamentar Ambientalista, Sarney Filho, está entre os convidados para o debate.

PLENÁRIO: Cassação de Demóstenes

14h Votação do pedido de cassação do mandato do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) por falta de decoro.

QUINTA

PLENÁRIO: Votações

14h A sessão é deliberativa.

SEXTA

PLENÁRIO: Centenário

14h Sessão especial em comemoração ao centenário de nascimento do maestro Eleazar de Carvalho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

ATV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Gim apoia direitos para conselheiros tutelares

A aprovação de projeto que garante remuneração e direitos trabalhistas aos conselheiros tutelares e da medida provisória (MP) que aperfeiçoa o Programa Minha Casa, Minha Vida foi saudada por Gim Argello (PTB-DF), relator das matérias.

— Recebemos muitas mensagens, do Brasil todo, agradecendo pelo Senado ter votado o projeto da nobre senadora Lúcia Vânia [PSDB-GO] que dá mais dignidade aos conselheiros tutelares — afirmou.

Ele também destacou a aprovação da Medida Provisória (MP) 561/12, que transfere a propriedade de imóveis financiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida para a mulher em caso de separação do casal.

Gim destacou projeto seu que trata da aposentadoria especial de garçons (PLS 652/11), que deve entrar amanhã na pauta do Plenário.



Senador registra apoio popular

Anibal reivindica direito de time disputar 3ª divisão

Anibal Diniz (PT-AC) fez um apelo aos dirigentes da Série C do Campeonato Brasileiro para que fosse assegurado ao Rio Branco Futebol Clube o direito de estrear na competição. A disputa judicial em torno da terceira divisão do campeonato já acarretou atraso de mais de um mês no início da competição e, segundo o senador, ainda gera insegurança e prejuízos aos times.

O senador explicou que o problema começou em 2011, quando o Ministério Público considerou o estádio do time acriano, a Arena da Floresta, inapto para receber jogos. O governo do estado recorreu da decisão na Justiça comum e, por ter buscado amparo fora da Justiça Desportiva, o time foi penalizado, mesmo tendo sido o primeiro colocado da região Norte na primeira fase da Série C em 2011.



Anibal reivindica direito do Rio Branco

Vídeo divulgado recentemente mostra Raul Filho oferecendo ao contraventor vantagens na prefeitura em troca de dinheiro para campanha eleitoral. Outros cinco depoimentos ainda não têm data marcada

CPI do Cachoeira ouve prefeito de Palmas amanhã

A CPI MISTA que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados confirmou para amanhã o depoimento do prefeito de Palmas, Raul Filho (PT). Ele aparece em vídeo de 2004, divulgado recentemente, negociando com o contraventor recursos para campanha eleitoral em troca de vantagens na administração municipal.

Das seis convocações aprovadas quinta-feira pela CPI, a do prefeito de Palmas é a única já

agendada pelo presidente da comissão, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). O colegiado vai ouvir também o ex-presidente da Delta Fernando Cavendish; o ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) Luiz Antônio Pagot; o empresário Adir Assad; a ex-mulher de Cachoeira, Andréa Aprígio; e o engenheiro Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, ex-diretor da Dersa, sociedade de economia mista responsável pela manutenção das estradas de São Paulo.

O deputado Rubens Bueno (PPS-PR) requereu a convocação do ex-presidente da Valec José Francisco das Neves, o Juquinha das Neves, que foi preso quinta-feira na Operação Trem Pagador. Segundo



Presidente da CPI, Vital (2º à esq.) vai agendar o depoimento de outros cinco convocados

a Polícia Federal, Juquinha é suspeito de ter enriquecido ilícitamente durante sua gestão à frente da companhia, de 2003 a 2011, e deve responder por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Empresa pública responsável por administrar e construir ferrovias, a Valec, segundo Bueno, tem contrato de R\$ 574 milhões com a Delta, empreiteira acusada de integrar o esquema de Cachoeira. Juquinha foi detido numa casa de luxo no mesmo condomínio onde Cachoeira foi preso.

Sexta-feira a Polícia Federal prendeu o ex-cunhado de Cachoeira, Adriano Aprígio, suspeito de ameaçar por e-mail a procuradora Léa Batista de Oliveira. Os policiais descobriram que três e-mails com ameaças foram enviados

da casa de Aprígio. Em uma das mensagens, ele diz que ela tinha “destruído a vida dele”.

A segurança de autoridades envolvidas nas operações Vegas e Monte Carlo, que resultaram na prisão de Cachoeira, é motivo de preocupação de integrantes da CPI. Pedro Taques (PDT-MT) já havia alertado para o problema.

— Trata-se de organização criminosa da qual fazem parte policiais federais, policiais militares, policiais civis, parlamentares, quem sabe governadores, grandes empresários, e nós temos dois servidores do Estado ameaçados — disse.

Em 18 de junho, o juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima comunicou ter sofrido ameaças e pediu afastamento. Ele foi convidado para prestar informações à CPI.

“Quase não tenho patrimônio”, diz Demóstenes

Demóstenes Torres (sem partido-GO) subiu à tribuna do Plenário duas vezes na sexta-feira para se defender das acusações que pesam contra ele no processo em que é pedida a cassação de seu mandato sob a acusação de quebra de decoro parlamentar.

O senador negou ter usado o cargo para beneficiar o contraventor Carlinhos Cachoeira ou qualquer tipo de esquema ilegal e afirmou ser dono de “um modesto patrimônio pessoal”, o que reforçaria a tese de não ter cometido “afronta aos cofres públicos”.

— Vivo de salário. Não tenho chácara, não tenho fazenda, não tenho gado, não



Demóstenes: “vítima de injustiça impossível de ser reparada”

tenho ações de empresas, não tenho quase patrimônio nenhum. Meus bens são os que estão na declaração do Imposto de Renda.

O senador se disse “vítima de uma injustiça impossível de ser reparada”:

— Se o meu mandato for cassado, depois se comprovarão os meus alertas e aí não haverá mais jeito, pois estarei com meus direitos políticos irremediavelmente impedidos por quase duas décadas.

Demóstenes Torres disse

ter sido investigado ilegalmente durante as operações contra o grupo de Carlinhos Cachoeira e criticou a velocidade do Conselho de Ética do Senado no julgamento do processo.

— Mantive [o Conselho de Ética] os prazos estreitos no rito sumário exigido pela mídia.

O senador ressaltou que são “testemunhas de sua retidão” ministros, coordenadores de bancadas, prefeitos e governadores de Goiás.

— Perguntem a todos eles a meu respeito. Vão dizer que, mesmo sendo da oposição, sempre fui muito pido, mas nunca reivindiquei nada direcionado, nada de indicação de obras para empreiteiras, nada de privilegiar uma cidade para atender a esquemas — argumentou.

Pinheiro destaca qualidade de projetos aprovados

Walter Pinheiro (PT-BA) ressaltou a qualidade e a importância dos projetos votados na primeira semana de julho. Ele afirmou que a CPI do Cachoeira não está atrapalhando a atividade legislativa da Casa.

Como exemplo, citou a aprovação da PEC 103/11, que modifica critérios de distribuição do ICMS sobre o comércio eletrônico, e o PLS 278/09, que garante remuneração e direitos trabalhistas a conselheiros tutelares em todos os municípios.

O senador lembrou ainda a importância da aprovação pelo Plenário do fim do voto secreto para cassação de mandato parlamentar (PEC 86/07) e o trabalho feito pela Comissão de Constituição e Justiça, que aprovou parecer pela legalidade e constitucionalidade do processo contra Demóstenes Torres (sem partido-GO) por quebra de decoro parlamentar.

Pinheiro previu que esta semana será marcada pela votação de proposições igualmente importantes.

— Haverá apreciação de medidas provisórias e devemos votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias — afirmou.



Pinheiro cita votações importantes

Comissão do Código Florestal recebe relatório hoje

O relatório sobre a medida provisória que complementa o novo Código Florestal será apresentado hoje por Luiz Henrique (PMDB-SC) à comissão especial de senadores e deputados encarregada de decidir se a proposta será aceita para tramitar no Congresso.

O governo elaborou a MP 571/12 para suprir as lacunas deixadas no código após os vetos feitos pela presidente Dilma Rousseff ao projeto aprovado pelo Congresso. A MP recupera pontos que haviam passado no Senado, mas depois, contra o desejo do governo, foram derubados pela Câmara.

Na avaliação de Luiz Henrique, ao restabelecer pontos aprovados pelo Senado, a MP protege as florestas e garante o desenvolvimento do país, atendendo a todos os lados interessados. Após acordos, o relatório deverá propor algumas mudanças pontuais na MP redigida pelo governo.



Mendes Ribeiro (E), José Carlos Vaz, Daniel Rech, Raimundo Matos, Waldemir Moka, Márcio de Freitas, Luiz Edson Feltrim e Niro Barrios em sessão do Congresso

Parlamentares destacam papel do cooperativismo na economia do país

Em sessão solene, deputados, senadores e autoridades ressaltam importância do setor na geração de empregos e na concessão de crédito

A IMPORTÂNCIA DAS cooperativas para a economia nacional e no atual contexto de crise foi destacada por parlamentares e autoridades na sessão solene do Congresso, realizada na sexta-feira, em comemoração do Dia Internacional do Cooperativismo.

Ana Amélia (PP-RS) destacou que a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2012 como Ano Internacional das Cooperativas e reconheceu o papel do setor na geração de empregos e na inclusão social. A senadora disse que, diante da crise mundial e dos problemas com instituições financeiras tradicionais, os bancos cooperativos são hoje “alternativas muito sólidas à

falta de crédito e a problemas de endividamento”.

— Isso nada mais é do que a afirmação das cooperativas, que tiveram origem na Inglaterra como alternativa às regras do que se poderia chamar “capitalismo selvagem” — afirmou.

Ela ainda exaltou a importância das cooperativas na agropecuária gaúcha e disse que, no Brasil, “somos por natureza e originalmente cooperativos”.

Já Sérgio Souza (PMDB-PR) destacou que, na economia paranaense, o cooperativismo atinge 13% do produto interno bruto (PIB) do estado e 55% do PIB do setor agropecuário:

— Mesmo em áreas como saúde, transporte, educação, infraestrutura, consumo e

turismo, a presença do cooperativismo em meu estado é determinante. O cooperativismo é um movimento com uma força transformadora muito dinâmica junto à sociedade.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) lembrou o trabalho do Senado pela modernização da legislação cooperativista e deu exemplos de cooperativas bem-sucedidas em seu estado.

Waldemir Moka (PMDB-MS), presidindo a sessão, disse que “o setor é muito amplo”.

— Conta, entre outras, com cooperativas de saúde, do trabalho, da eletrificação, e o viés da economia solidária das cooperativas de agricultura familiar. É hora de unirmos isso num grande trabalho de

convergência, em uma legislação pela qual a gente possa cada vez produzir mais e fazer crescer este país — disse o senador a respeito do PLS 3/07, que dispõe sobre o aspecto jurídico das sociedades cooperativas e do qual ele é o relator na Comissão de Agricultura.

Também participaram da sessão o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, diversos deputados e representantes do Banco Central, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol).

Benedito defende aprovação da MP da Seca



Para atender às necessidades dos pequenos produtores rurais, especialmente do semiárido,

Benedito de Lira (PP-AL) defendeu a chamada MP da Seca. A medida (MP 565/12) autoriza o Executivo a criar linhas de crédito especiais para os setores rural, industrial, comercial e de serviços dos municípios em situação de emergência ou em estado de calamidade pública.

— É preciso restaurar o direito de crédito de milhares de famílias, que, em sua maioria, tornaram-se devedoras em decorrência de fatores externos, econômicos ou climáticos, que anularam suas produções. Não é calote, é dificuldade — frisou.

O senador também comemorou que projeto de sua autoria, que permite o uso de medicamentos genéricos na veterinária, vai à sanção nos próximos dias.

Renan comemora reforço na venda de milho subsidiado

A decisão do governo de reforçar a venda de milho subvencionado aos agricultores que enfrentam estiagem foi destacada por Renan Calheiros (PMDB-AL). A medida foi divulgada nesta semana, ao fim de reunião do Comitê Estadual para Ações de Convivência com a Seca de Alagoas, que o senador integra.

Renan informou que havia recebido ofício e telefonemas da Federação da Agricultura



e Pecuária de Alagoas (Faeal) relatando a gravidade da seca no semiárido alagoano e os pleitos do setor leiteiro para minimização dos problemas.

Segundo ele, uma nova política para o milho era também cobrada pela agricultura familiar.

— Quero dar esta notícia ao meu estado, ao Norte e Nordeste: o governo atendeu ao pedido dos agricultores com relação ao milho em grãos — comemorou.

SENADOR REAGE A ATRASO DE LICENÇA AMBIENTAL PARA ESTALEIRO

Renan Calheiros criticou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por ainda não ter concedido licença ambiental definitiva à construção do Estaleiro Eisa em Alagoas. Para o senador, a posição do órgão é política. Renan disse que suspenderá seu apoio às matérias de interesse do Ibama no Senado. Na CCJ, na última quarta-feira, Renan pediu vista de projeto do governo que favorece o Ibama com a criação de cargos e assegura o remanejamento definitivo para

o Ministério do Meio Ambiente de servidores de outras pastas atualmente cedidos ao órgão. Com essa ação, o projeto saiu da pauta. Depois, em entrevista, Renan esclareceu que o pedido de vista foi uma iniciativa individual. e ressaltou que não poderia incluir o PMDB, partido que lidera, numa “demanda alagoana”. Ele salientou, no entanto, que a reivindicação conta com o apoio dos outros dois senadores da bancada estadual, Fernando Collor (PTB) e Benedito de Lira (PP).

Sérgio Souza: país acerta ao descartar ação contra Paraguai



A situação dos produtores rurais brasileiros que vivem no Paraguai, após o *impeachment*

do então presidente Fernando Lugo, foi tema de pronunciamento de Sérgio Souza (PMDB-PR). Ele disse que os brasiguaios, preocupados com a questão da regularização fundiária, ficaram satisfeitos pelo fato de o Brasil não ter imposto embargo econômico.

— Todos com quem conversei manifestaram uma profunda gratidão ao governo brasileiro — frisou.

De acordo com Sérgio Souza, os brasileiros não alcançam 10% da população paraguaia, mas são responsáveis por 70% da produção agropecuária. Ele explicou que os brasiguaios eram contra Lugo — a quem acusavam de não oferecer segurança jurídica às suas propriedades.

Acordo levará TV e Rádio Senado digitais a Manaus

Protocolo de intenções assinado na sexta-feira entre o Senado e a Assembleia Legislativa do Amazonas vai possibilitar a chegada, nos próximos meses, do sinal digital da TV Senado, da TV Assembleia e da Rádio Senado a Manaus. Assinaram o ato o presidente da assembleia amazonense, deputado Ricardo Nicolau, e o diretor-geral-adjunto do Senado, Walter Ribeiro Valente Júnior. Participaram ainda da solenidade, como testemunhas, pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Davi Emerich e Virginia Galvez.

A parceria entre as duas Casas legislativas prevê, entre os demais termos do convênio, que o Senado cederá à assembleia um dos subcanais de TV digital em Manaus (canal 55), dos quatro a que tem direito. Por sua vez, o Legislativo estadual providenciará a aquisição dos equipamentos para transmitir o sinal da Rádio Senado (FM 106,9 MHz), podendo dispor de até duas horas na grade da emissora para inserção de programação institucional destinada a divulgar os trabalhos do legislativo estadual. A assembleia também assumirá todas as despesas de custeio do parque de transmissão, como aluguel, energia elétrica, água, refrigeração e segurança.

O Amazonas possui hoje pouco mais de 3,5 milhões de habitantes, sendo mais de 1,8 milhão em Manaus.

CCJ vota retorno de adicional por tempo de serviço

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá votar amanhã substitutivo de Gim Argello (PTB-DF) a três propostas de emenda à Constituição (PECs 2/11, 5/11 e 68/11) que restabelecem o pagamento do adicional por tempo de serviço para várias carreiras do serviço público federal, estadual, distrital e municipal.

Além de estender o benefício aos militares, o texto garante o pagamento a servidores remunerados por subsídios, como detentores de mandato eletivo, ministros de Estado e secretários estaduais e municipais. O adicional seria fixado em 5% e concedido a cada cinco anos de efetivo exercício, até o limite de 35%.